



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 30 de julho de 2022

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Na sexta-feira	Dólar	Últimos	Euro	Capital de giro	CDB	Inflação
0,55% São Paulo	0,97% Nova York	R\$ 1.212	R\$ 5,174 (+ 0,21%)	25/julho 5,369	5,369	Comercial, venda na sexta-feira	Na sexta-feira	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
				26/julho 5,349			6,76%	13,56%	Fevereiro/2022 1,01
				27/julho 5,251					Março/2022 1,62
				28/julho 5,163					Abril/2022 1,06
									Mai/2022 0,47
									Junho/2022 0,67

CONJUNTURA

Desemprego cai, com mais informalidade

Taxa de desocupação recua para 9,3% no 2º trimestre, mas número de trabalhadores sem registro é o maior desde 2015

» RAFAELA GONÇALVES

A taxa de desemprego no Brasil recuou para 9,3% no trimestre encerrado em junho, o menor patamar para o período desde 2015, quando foi de 8,4%. Por outro lado, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de trabalhadores informais foi o maior da série histórica iniciada em 2015, estimado em 39,3 milhões. O rendimento médio real habitual dos trabalhadores ficou estável na comparação com o primeiro trimestre, em R\$ 2.652. No ano, porém, houve queda de 5,1%. Fazem parte da população de informais os trabalhadores sem carteira assinada, empregadores por conta própria sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), além de trabalhadores familiares auxiliares. Na comparação com o trimestre anterior, houve um crescimento de 2,8%, o que representa mais 1,1 milhão de pessoas nessa categoria.

O professor de economia do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) Jackson de Toni destacou que a recuperação parcial do emprego se deve a uma melhora na economia. No entanto, houve uma precarização do mercado de trabalho. “É um emprego diferente do que existia antes, um emprego de mais baixa qualificação, mais precário e que paga menos, muito em função da grande informalidade. Quase metade da população economicamente ativa vive na informalidade, isso significa menos proteção social, menos salário, mais insegurança e mais incerteza”, afirmou.

Despesas

Marcelo Barros, de 32 anos, mora em Planaltina-GO e é microempresário individual (MEI) desde 2020, mas não por opção. Ele era pesquisador concursado do IBGE, mas o vínculo temporário terminou e Marcelo precisou contornar o desemprego para contribuir com as despesas domésticas. Há três anos trabalha como fotógrafo. “Comecei por hobby, mas por causa da pandemia e do fim do contrato, atuo profissionalmente agora. Continuo estudando para concurso, que tento desde os 17 anos. A situação nos últimos tempos é pior, porque a remuneração permaneceu igual, só que o preço de tudo aumentou. O que mais impacta é a alimentação, está muito cara”, disse.

De acordo com o IBGE, a população desocupada recuou 15,6% frente ao trimestre anterior, ficando em 10,1 milhões de pessoas, enquanto o número de trabalhadores por conta própria, formais e informais, foi estimado em 25,7 milhões, o maior contingente para um trimestre encerrado em junho. Houve crescimento de 4,3% ante o mesmo período do ano passado.

Já entre os empregados sem carteira assinada no setor privado, o aumento foi de 6,8% frente ao último trimestre. O número de



É um emprego diferente do que existia antes, um emprego de mais baixa qualificação, mais precário e que paga menos, muito em função da grande informalidade. Isso significa menos proteção social, menos salário, mais insegurança e mais incerteza”

Jackson de Toni,
professor do Ibmec

trabalhadores domésticos sem carteira cresceu 4,3% no período, o equivalente a 180 mil pessoas. Com a alta, essa categoria passou a ser formada por 4,4 milhões de trabalhadores.

De acordo com a coordenadora da pesquisa, Adriana Beringuy, o crescimento no número de informais está relacionado a algumas atividades do setor de serviços, que foi bastante impactado pelas medidas de isolamento social durante a pandemia. “Parte importante dos setores, como os serviços pessoais prestados às famílias, tem grande participação de trabalhadores informais e está influenciando essa reação da ocupação. Isso também tem ocorrido na construção, setor com parcela significativa de informais. Então, a informalidade tem um papel importante no crescimento da ocupação”, explicou.

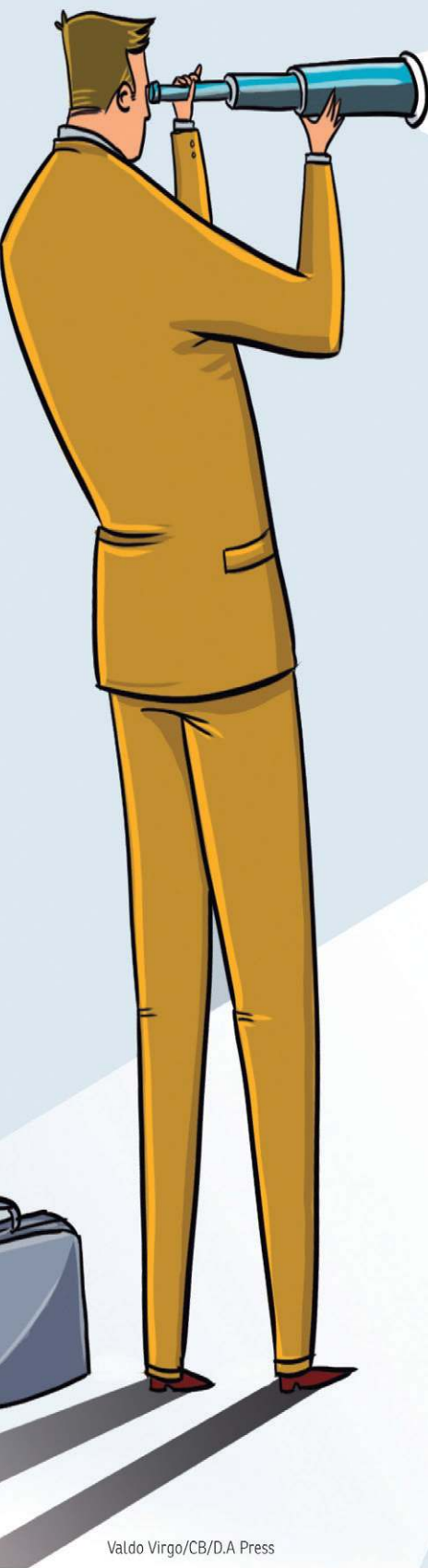
Luiara de Assis tem 27 anos e mora em Taguatinga. Há três anos desempregada, ela precisou recorrer à informalidade. Hoje, Luiara produz alfajores em casa e os vende na linha de ônibus BRT. Ela sustenta o filho sozinho e, por isso, diz buscar melhor condição financeira. “É muito ruim, porque só dá para sobreviver e não tem segurança nenhuma, nem para mim nem para meu filho. Um dia a menos de trabalho e já é aperto. Isso desgasta muito. Não tem respiro”, desabafou.

Na avaliação do economista do Ibmec, apesar da recuperação, o Brasil tende ainda a passar por momentos de crise diante da pressão inflacionária mundial. Para ele, dificilmente nos próximos meses, ou mesmo no próximo ano, o país atingirá uma taxa de desemprego em torno de 5%, como foi visto em 2014. “Só vai ser revertido à medida que os indicadores internacionais e a estabilidade trouxerem mais investimentos e mais oferta de emprego. Empregos de boa qualidade, boa remuneração, que geralmente vêm da indústria e não da área de serviços, como é o que está acontecendo hoje”, avaliou Jackson de Toni.

Mais vagas

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) aponta queda na taxa de desemprego, recuo na renda e aumento do trabalho informal

Indicador	Abr-Mai-Jun 2021	Jan-Fev-Mar 2022	Abr-Mai-Jun 2022
Taxa de desocupação	14,2%	11,1%	9,3%
Taxa de subutilização	28,5%	23,2%	21,2%
Rendimento real habitual	R\$ 2.794	R\$ 2.625	R\$ 2.652



Número de trabalhadores informais

39,3 milhões, o maior da série histórica do indicador, iniciada em 2015

Fazem parte dessa população os trabalhadores sem carteira assinada, empreendedores por conta própria sem CNPJ, além de trabalhadores familiares auxiliares

Aumento do emprego por grupos de atividade:

Indústria Geral
2,7%, ou mais 332 mil pessoas

Construção
3,8%, ou mais 274 mil pessoas

Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
3,4%, ou mais 617 mil pessoas

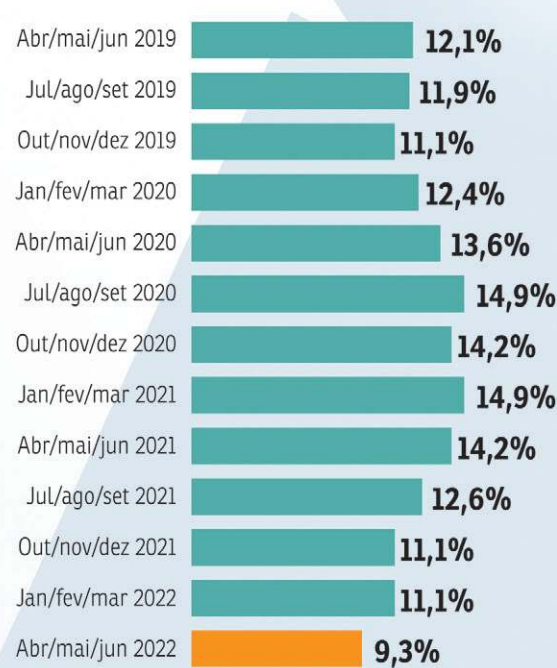
Informação, Comunicação e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas
3,0%, ou mais 336 mil pessoas

Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais
4,5%, ou mais 739 mil pessoas

Outros serviços
3,2%, ou mais 158 mil pessoas

Serviços domésticos
4,0%, ou mais 227 mil pessoas

Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais



Fonte: IBGE

Novo corte de gastos

O Ministério da Economia aumentou o valor de bloqueio do Orçamento deste ano em mais R\$ 2,1 bilhões para evitar o descumprimento da regra do teto de gastos. Com isso, o valor do contingenciamento total desde janeiro, passou de R\$ 12,7 bilhões para R\$ 14,8 bilhões, considerando o terceiro corte adicional de R\$ 6,7 bilhões anunciado no último dia 22.

De acordo com nota divulgada pela pasta, além do total bloqueado no ano, “estão somados outros R\$ 2,1 bilhões para despesas discricionárias consideradas inadmissíveis e relevantes, conforme decisão da Junta de Execução Orçamentária (JEO)”. Com isso, o corte adicional do relatório de avaliação de receitas e despesas do terceiro bimestre passou para R\$ 8,8 bilhões para evitar o descumprimento da regra do teto.

De acordo com a tabela divulgada pela equipe econômica, no ano, os ministérios da Saúde e da Educação foram os mais atingidos, com bloqueios de R\$ 2,7 bilhões e R\$ 1,6 bilhão, respectivamente. O Ministério da Economia não sofreu cortes adicionais porque, segundo técnicos, “já estava no osso”.

Os bloqueios, segundo o Ministério da Economia, foram feitos em conjunto pela Junta de Execução Orçamentária (JEO). A maior parte dos cortes foi de emendas parlamentares que, juntas, somaram R\$ 8 bilhões, ou seja, 54% do total bloqueado desde janeiro.

Remanejamento

Procurado, o Ministério da Educação garantiu que o bloqueio orçamentário não acarretará impactos financeiros nas instituições federais de ensino ou no pagamento de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). “A pasta realizará remanejamento de verbas para que o contingenciamento seja aplicado em despesas futuras, não prejudicando, assim, universidades, institutos federais e programas em execução”, acrescentou. (RH)

Dívida sobe R\$ 131,6 bilhões no ano

» ROSANA HESSEL

De janeiro a maio, a dívida pública bruta aumentou R\$ 131,6 bilhões, totalizando R\$ 7,1 trilhões, novo recorde, devido ao aumento dos juros, conforme dados do Banco Central. Como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), a dívida caiu de 79,8%, em abril, para 79,2%.

Segundo especialistas, um dos principais motivos da queda percentual da dívida é contábil e reflete a alta da inflação, que corrige o PIB Nominal, o denominador

no cálculo. De acordo com o BC, apenas a correção do PIB Nominal, que passou para R\$ 9,081 trilhões em maio, reduziu a dívida bruta em um ponto percentual.

Já o aumento nominal da dívida em R\$ 131,6 bilhões reflete o forte crescimento dos gastos do governo que, apesar do aumento da arrecadação, não consegue cobrir as despesas tradicionais e as que foram criadas pelo pacote de benefícios da chamada PEC Kamikaze. Analistas alertam que, em 2023, quem ganhar as eleições terá dificuldade de

cortar esses novos gastos. “Benefícios e subsídios são fáceis de criar, mas muito difíceis de serem cortados”, disse a especialista em contas públicas Karina Bugarin, pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas e do Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (USP).

Os dados do BC mostram ainda que o setor público consolidado registrou um déficit primário de R\$ 33 bilhões em maio deste ano, praticamente o dobro do saldo negativo de R\$ 15,5 bilhões no

mesmo período do ano passado, interrompendo sete meses consecutivos de superávit. No acumulado em 12 meses até maio, o resultado fiscal consolidado dos governos e das estatais registrou um superávit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) de R\$ 119,9 bilhões, o equivalente a 1,32% do PIB. Contudo, as despesas com juros não param de crescer e somaram R\$ 500,5 bilhões nos 12 meses encerrados em maio, o equivalente a 5,15% do PIB – maior patamar desde 2016.